



O STF e a fronteira do equilíbrio democrático

O STF não pode substituir o Congresso. A criação da lei permanece como uma atribuição indelegável do Poder Legislativo.

Ives Gandra Martins

@ivesgandradasilvamartins

Recentemente, tive a satisfação de conceder uma entrevista ao jornalista Pedro Campos, no programa *Jornal Gente*, da Rádio Bandeirantes. Indagado sobre o que está acontecendo com o Supremo Tribunal Federal, respondi a ele prontamente e, agora, compartilho com os leitores os pontos centrais das minhas considerações, como extensão desta reflexão.

Tenho a impressão de que o cerne da questão reside no fato de que, em um determinado momento destes últimos anos, de forma inédita em nossa história, o Supremo decidiu assumir-se também um *partner*, um parceiro, um *player* político no cenário nacional.

Quando o *Excelso Pretório* começou a invadir as competências do Legislativo e do Executivo, ele, de certa forma, transformou-se no "Supremo Poder" da República, acima dos demais Poderes.

Durante o regime militar, tínhamos o Poder Executivo como dominante; agora, temos um Poder que, por ter a prerrogativa da "última palavra" sobre o Direito, interfere e legisla, repetidas vezes, no lugar do Parlamento e, frequentemente, atua nas atribuições do Executivo.

Não emito juízo de valor sobre os ministros, até porque possuo obras escritas em coautoria com vários deles, participei de bancas de doutorado, compartilhei painéis e prefeei palestras com a maioria deles e os considero grandes juristas.

Não concordo, entretanto, com suas atuais decisões, porque vivi e participei daqueles 20 meses de discussão da Assembleia Nacional Constituinte, ao lado de Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral — presidente e relator do processo que resultou na nossa Carta Magna. Esse fato me permitiu testemunhar a intenção original dos constituintes com a nova Constituição. Saindo de

Versos Carvalho / Brazil Photo Press / Folhapress



Ives Gandra: ao interferir nas funções do Legislativo e do Executivo, o Judiciário rompeu o equilíbrio democrático

um regime de poder centralizado, o desejo dos constituintes era a consolidação de três Poderes estritamente independentes e harmônicos. Todavia, a partir do momento em que o STF assume prerrogativas não previstas no texto constitucional, agindo por conta própria, torna-se, inevitavelmente, um *player* político.

Por esse motivo, independência e harmonia entre os Poderes, as competências de cada esfera foram delimitadas com exatidão na Constituição.

Houve um tempo em que o povo nutria um respeito profundo pelo Supremo, reconhecendo-o como a instituição mais digna e admirada do País. Eu saía com os ministros e andávamos sozinhos pela rua, sem necessidade de segurança. Naquela época, não era preciso dizer que eles eram os defensores da democracia, porque todos já o sabiam. Agora, infelizmente, tudo isso mudou.

Minha divergência não diz respeito aos juristas, nem à dignidade pessoal de cada um, mas à forma como passaram a interpretar e reescrever a Constituição Federal. Com todo respeito, e sem emitir juízo de valor, acredito que, no momento em que começaram a reescrever o texto e a interferir nos demais Poderes, tornaram-se alvos de reações políticas. À medida que essa demonstração de força se acentuou, os outros Poderes tam-

bém reagiram. Portanto, os ministros passaram a sofrer reações igualmente políticas.

Tenho a sensação de que o Supremo poderia retomar o perfil da era de Moreira Alves, Oscar Corrêa e outros. Os próprios ministros atuais poderiam reconduzir o Tribunal ao seu papel histórico: o de guardião da Constituição, e não o de legislador complementar ao Congresso ou de um Executivo *ad hoc*. Caso contrário, continuarão sendo alvo das críticas políticas, que variam conforme o posicionamento da ocasião.

Banco Master

O caso do "Banco Master", por exemplo, deveria estar, a meu ver, sob o juiz natural, em primeira instância, pois Daniel Vorcaro não possui foro especial. No entanto, levaram a questão para o Supremo. O mesmo ocorreu com os episódios de 8 de janeiro: uma série de questões levadas à Corte sem que os envolvidos tivessem a prerrogativa que a Constituição exige para o julgamento pelo STF. A Constituição é clara sobre quem deve ser julgado pelo Supremo: o presidente, deputados, senadores e outros cargos específicos. Jamais cidadãos comuns, sem qualquer destaque na vida pública.

Este panorama desfigurou a imagem do STF. Pesquisas de opinião evidenciam que a reputação da Suprema Corte perante a sociedade é hoje muito inferior à de períodos anteriores, quando a instituição era amplamente respeitada. Somado a isso, nota-se uma reação crescente na imprensa e nas redes sociais contra um protagonismo que extrapola os limites estabelecidos pela CF.

A Constituição brasileira é clara: o artigo 49, inciso XI, estabelece ser competência exclusiva do Congresso Nacional "zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos ou-

tros Poderes". Isso permite ao Parlamento sustar atos de outros Poderes que invadam sua função legislativa. Já o artigo 103, § 2º, reforça que, mesmo nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, o papel do Supremo limita-se a declarar a lacuna e notificar o Legislativo. Ou seja, dar ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias. O referido artigo regula a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e estabelece que, "ao declarar a inconstitucionalidade por falta de medida para tornar efetiva uma norma constitucional, o STF dará ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias ou, se o órgão for administrativo, para fazê-lo em 30 dias". Portanto, segundo a Carta Magna, o STF não pode substituir o Congresso, pois a criação da lei permanece como uma atribuição indelegável do Poder Legislativo.

Ao decidir interferir nas funções do Legislativo e do Executivo, determinando, inclusive, atos administrativos

de governo, o Judiciário rompeu o equilíbrio democrático. O resultado é que os três Poderes perderam sua essência e geraram uma profunda desfiguração institucional. É precisamente nessa politização generalizada que reside a grave crise de confiança que vivemos atualmente, evidenciando que a restauração da harmonia entre as instituições é, antes de tudo, o resgate do império da própria Constituição.

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito da Mackenzie, Unip, Unifio, Unifmu, do Ciec/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército, Superior de Guerra e da Magistratura do TRF 1, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), *Doutor Honoris Causa* das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras e do Instituto dos Advogados de São Paulo.

ELEIÇÕES 2026
#VOTARÉCOMOGRACA

Justiça Eleitoral

TIRE OU REGULARIZE SEU TÍTULO ELEITORAL ATÉ 6 DE MAIO

Esse é o prazo final para tirar ou regularizar o seu título eleitoral

04/05/2026 TAMBÉM É O ÚLTIMO DIA PARA VOCE:

- alterar o local de votação
- escolher uma seção eleitoral mais acessível
- cancelar a sua biometria

COMPAREÇA AO CARTÓRIO ELEITORAL E FIQUE EM DIA COM A CIDADANIA!

Concursos

Não é o crítico que importa

O crédito pertence ao homem que está na arena com a face suja de poeira, suor e sangue; que luta valentemente; que erra, que 'quase chega lá' repetidamente.

Gabriel Granjeiro
blog.grancursosonline.com.br

Pode ter certeza: quando você decide fazer algo grande, a crítica vem. Antes. Durante. Depois. Sempre. Aprendi isso da maneira mais concreta possível, não nos livros sobre empreendedorismo que li nos tempos da faculdade, mas na vida real.

Como muitos sabem, comecei na área da educação ainda na adolescência, percorrendo praticamente toda a engrenagem das escolas presenciais dos meus pais: da portaria e do setor de matrículas ao financeiro, às compras, ao controle de estoque e patrimônio, à seleção de pessoal e à coordenação pedagógica. Anos mais tarde, vi, com dor no coração, o fechamento praticamente simultâneo dessas escolas. Mesmo assim, junto ao meu sócio, Rodrigo Calado, ajudei a construir do zero um projeto que, em treze anos, chegou a 826 mil alunos online ativos e mais de 3,3 milhões de pessoas impactadas com educação de qualidade e valores democráticos.

Mas esses números, apesar de expressivos, não parecem importar muito quando se trata de crítica, pois, como eu disse, ela sempre vem. No nosso caso, há quem diga que recebemos tudo pronto, que já estava tudo encaminhado. Quem diz isso ignora tanta coisa, que não sei nem por onde começar... Ignora o que significou começar um negócio sem dinheiro, assumindo riscos reais e suportando pressões que quase nunca aparecem para quem vê apenas o resultado. Ignora que, nos dois primeiros anos do Gran, trabalhei sem receber um real de salário, e olhe que eram dezoito horas por dia com quase nenhuma pausa para descanso. Ignora até as vezes em que, literalmente, trabalhei até passar mal,

algo que não recomendo, mas que achei que era necessário à época.

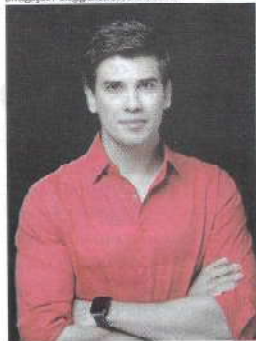
É precisamente nesse ponto que o trecho mais conhecido de um discurso de Theodore Roosevelt ganha um sentido especial para mim. Porque ele desloca a atenção para o lugar certo: não para a opinião de quem observa de fora, mas para a experiência de quem entrou em campo, assumiu o risco, acumulou erros, suportou o desgaste e continuou.

Em 23 de abril de 1910, o então presidente dos EUA subiu ao palco da Sorbonne para proferir "Cidadania em uma República", um discurso de 35 páginas que a história, com justiça, condensou no parágrafo conhecido como "O Homem na Arena". Roosevelt não falou como alguém no alto de uma torre de marfim. Falou da arena ele próprio, um homem que perdeu a esposa e a mãe no mesmo dia, governou o país por quase oito anos, lançou uma candidatura independente e perdeu. Falou, enfim, como quem conheceu grandes vitórias, mas também terríveis derrotas.

O trecho de sua fala que ficou na memória coletiva é este:

"Não é o crítico que importa, nem aquele que aponta como o homem forte tropeça, ou onde o realizador das proezas poderia ter feito melhor. O crédito pertence ao homem que está de fato na arena, cuja face está manchada de poeira, suor e sangue; que luta valentemente; que erra, que 'quase chega lá' repetidamente, porque não há nenhum esforço sem erros e falhas; que realmente se esforça para fazer as obras; que conhece o grande entusiasmo, grandes devoções; que se entrega a uma causa nobre; que, no melhor dos casos, conhece, ao final, o triunfo da grande conquista e que, no pior dos casos, se falhar, ao menos

DuJagação / blog.grancursosonline.com.br



Gabriel Granjeiro ensina: as críticas servem apenas para confirmar que você estava no lugar certo o tempo todo.

falha ousando com grandeza, de modo que o seu lugar jamais será entre as almas frias e tímidas, que não conhecem nem a vitória, nem a derrota."

A retórica é brilhante. Roosevelt não começa dizendo quem importa. Começa dizendo quem não importa. Primeiro retira de cena o observador que está em posição confortável e só depois revela o herói. Quem estuda para concursos conhece bem esse tipo que Roosevelt condena. É aquele que diz: "você está perdendo tempo", "isso não compensa", "tem gente mais preparada que você". É aquele que nunca se candidatou a nada nem ariscou algo que lhe fosse caro, mas sempre tem uma opinião pronta sobre o que você deveria fazer com a sua vida.

Uma das passagens mais libertadoras do discurso é, paradoxalmente, uma das menos lembradas: o homem na arena erra, "quase chega lá" repetidamente, "porque não há nenhum esforço sem erros e falhas". Em resumo, Roosevelt não promete um herói sem tropeços. Ele faz algo maior: incorpora o tropeço à definição de quem está jogando. Trazendo essa ideia ao nosso contexto, a reprovação em um concurso não é o oposto do mérito, mas parte do caminho de quem está, de fato, na disputa. O crítico jamais reprova porque tampouco tenta. Sua taxa de aprova-

ção é perfeita em absolutamente nada.

Roosevelt fala também em "entregar-se a uma causa nobre", e aí está um ponto decisivo. Quem estuda para ser professor, promotor ou enfermeiro está se entregando a algo que deve transcender o contracheque. Ainda assim, é de conhecimento geral que os vencimentos no serviço público são bons, e sonho grande cobra preço alto. O problema é que o custo aparece antes do resultado, e o crítico parece ter prazer em reforçar isso.

Portanto, poucas trajetórias se aproximam tanto da metáfora de Roosevelt quanto a do concursário. Trata-se de uma jornada que acontece quase toda em silêncio e quase sem validação. Muitas vezes, a vida piora bastante antes de finalmente melhorar com a nomeação. Há o peso social de explicar por que você ainda não tem um emprego "de verdade" ou por que precisa estudar tanto. E há, invariavelmente, os críticos das festas, das mesas de almoço, dos grupos da família no WhatsApp, perguntando: "você ainda está nessa?", calculando em voz alta quanto você já poderia ter ganhado se tivesse "feito outra coisa". Roosevelt tinha uma resposta para eles. Ela cabe em três palavras: eles não contam.

O fechamento do discurso é ainda mais certo. Roosevelt fala das "almas frias e tímidas que não conhecem nem a vitória, nem a derrota". É uma condenação mais severa do que qualquer ataque que o observador externo possa fazer. O crítico não perde nunca, mas não por ser corajoso. Ele é poupado por não entrar no jogo, por não se expor, por não apostar, por não sangrar. Em contrapartida, jamais colhe os louros do triunfo. Roosevelt identifica aí a pior derrota de todas: a de nunca sequer haver tentado.

Entender Roosevelt não

significa ignorar toda crítica. Existe uma diferença entre o crítico de fora, que julga da arquibancada, e o interlocutor honesto, que já esteve na arena e oferece uma perspectiva amadurecida. A crítica de quem fez, conhece o preço e fala para aprimorar tem lá o seu valor. O que Roosevelt despreza é o ruído, o julgamento sem investimento, o "eu teria feito diferente" de quem não colocou nada em jogo.

"O Homem na Arena" foi citado por Richard Nixon ao vencer a disputa presidencial e ao renunciar ao cargo. Também foi entregue por Nelson Mandela ao capitão da África do Sul antes da final da Copa do Mundo de 1995 e inscrito nos ténis de LeBron James. Barack Obama o evocou em campanha. O que liga contextos tão distintos é a força universal da metáfora: em qualquer tempo e em qualquer campo, existem os que entram na arena e os que ficam de fora comentando.

Para quem estuda a fim de transformar a própria vida, a arena já foi escolhida, assim como foi escolhida por mim "no alto" dos meus catorze anos, quando decidi aprender com a prática antes de partir para o empreendedorismo-raiz. **O fato é que as críticas vão e vêm, e vêm e vão. Não tenha dúvidas: elas servem apenas para confirmar que você estava no lugar certo o tempo todo.**

Gabriel Granjeiro é CEO e sócio-fundador do Gran, maior Edtech do Brasil em número de alunos, com mais de 800 mil discentes ativos pagantes. Reitor e professor da Gran Faculdade. Formou-se entre os melhores alunos em Administração e Marketing pela *New York University Stern School of Business*. Autor de cinco livros, sendo quatro *best-sellers* na Amazon Kindle.

Artigo completo pode ser lido no grancursosonline.com.br e no cadernojuridico.com.br.

Transparência é premissa principal de um bom governo. Prefeituras, preços especiais para seus editais.

44.3624.6524
Ligue e anuncie

Coluna Caderno Jurídico

JORNAL VELHO

Vendo jornal velho

R\$ 5,00 o quilo

Ligue 44.3624.6524
Whats 44.9.9967.5842

PEQUISA DE PREÇO Nº 002/2026

TIPO: MENOR PREÇO
UNITÁRIO E TÉCNICA

CONVÊNIO SESA Nº 152/2025

SIT 72355

Objeto: Aquisição de
equipamentos hospitalares:

1 (uma) TORRE DE VÍDEO.

Solicitar edital através do e-mail
licitacao@institutosna.com.br, de
17/4/2026 até 26/4/2026, às 17
horas.